

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SANTA CATARINA

Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5.905/73

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 007/2022

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 014/2022

PAD N.º 185/2022

CONTRATANTE: CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SANTA CATARINA – COREN/SC, Autarquia Federal nos termos da Lei n.º 5.905/73, dotada de personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 75.308.106/0001-56, com sede Av. Mauro Ramos, n.º 224, Edifício Centro Executivo Mauro Ramos, 6º, 7º e 8º andares, Centro, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Presidente, **GELSON LUIZ DE ALBUQUERQUE**, brasileiro, divorciado, portadora do RG n.º 5564689 - SSP/SC e do CPF/MF n.º 307.136.330-34 e pela Tesoureira, **DANIELA MAÇANEIRO**, brasileira, solteira, portadora do RG nº 3091217 – SSP/SC e do CPF/MF n.º 017.990.019-62.

FORNECEDOR: PLANO Z ARQUITETURA EIRELI, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 34.095.333/0001-63 com sede na Avenida Getúlio Dorneles Vargas, n.º 268 – sala 08, Centro, na cidade de Chapecó/SC, CEP: 89.802-001, neste ato representada por seu representante legal, **Sr. MAURO FERNANDO ZINI**, portador do RG n.º 11R2821942, inscrito no CPF sob o n.º 018.366.039-08.

PREPOSTO: MAURO FERNANDO ZINI, sócio proprietário, inscrito no CPF sob n.º 018.366.039-08, telefone (49) 99933-1352, e-mail argplanoz@gmail.com ;

FISCAIS DO CONTRATO:

Marlete Barbosa Borges, Assessora Executiva, inscrita no CPF sob n.º 194.922.098-29, telefone (48) 99121-4766, e-mail marlete.barbosa@corensc.gov.br

Carolise Ana Basso, Enfermeira Fiscal, inscrita no CPF sob n.º 058.461.039-44, telefone (49) 991654642, e-mail: carolise.basso@corensc.gov.br

Cláusula 1ª DO OBJETO

- 1.1 Constitui objeto da presente dispensa de licitação a contratação de empresa especializada e habilitada para apresentação técnica e gráfica de projetos de arquitetura de interiores, seus respectivos projetos complementares para a adequação das salas da subseção de Chapecó do Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina – Coren/SC.
- 1.2 As salas estão localizadas no Edifício Piemonte Executivo na Rua Marechal Deodoro nº 400E, Centro, Chapecó/SC, sala nº 508 com 52,29 m² e sala 1.101 (58 m²).

**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SANTA CATARINA**

Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5.905/73

- 1.3 A contratação do projeto de adequação das salas da subseção de Chapecó do Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina – Coren/SC inclui os seguintes serviços:
- 1.3.1 Projetos técnicos que devem contemplar os itens: layout das salas, detalhamento dos mobiliários, indicação de persianas, elétrica, climatização, luminotécnico, pintura, dentre outros que se fizerem necessário;
- 1.3.2 Memorial descritivo: este documento deve apresentar todas as características necessárias para identificação dos produtos a serem aplicados, tipo de material, dimensões e características físicas dos elementos, classificação, dimensão e cor dos acabamentos utilizados, entre outras informações pertinentes.
- 1.3.2.1 Planilha **orçamentária** com os custos para execução da reforma da instalação contendo, no mínimo, as seguintes informações: discriminação dos materiais e serviços, quantitativo de cada material e serviço, custo unitário dos materiais e serviços, custo total de cada material e serviço.
- a) Para a composição da planilha deverá ser considerando os valores praticados no mercado, notadamente a adoção dos preços do SINAPI ou, na ausência deste, pesquisa de mercado com, no mínimo, três fornecedores dos produtos e serviços, devidamente documentados;
- 1.3.3 Recolhimento das taxas e registros das RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) junto ao CAU e ART (Anotações de Responsabilidade Técnica) junto ao CREA.

Cláusula 2ª DO PREÇO

2.1 O presente Contrato obedece o valor abaixo:

Item	Objeto/Serviço	Metragem/Quantidade	Valor Total
01	Projeto arquitetônico estilo corporativo com atendimento ao profissional. Adequação de interiores.	110,29 m²	R\$ 5.200,00
Valor Total			R\$ 5.200,00

**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SANTA CATARINA**

Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5.905/73

Cláusula 3ª DA CESSÃO DE DIREITOS PATRIMONIAIS

- 3.1 A Contratada cederá os direitos patrimoniais do projeto relativo ao objeto deste Contrato, para o fim de a Administração utilizá-lo a seu critério, nos termos do disposto no artigo 111 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Cláusula 4ª DA FISCALIZAÇÃO

- 4.1 A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pela Marlete Barbosa Borges e Carolise Ana Basso.
- 4.2 Os fiscais do contrato terão autoridade para:
- 4.2.1 Exigir o cumprimento de todos os itens desta especificação;
- 4.2.2 Rejeitar todas e quaisquer partes dos projetos.
- 4.3 A existência desse acompanhamento não exime a Contratada de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatados.

Cláusula 5ª DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 5.1 O contrato vigorará da sua assinatura até a entrega completa de seu objeto.

Cláusula 6ª DO REAJUSTE

- 6.1 O preço pelo qual será contratado o objeto da presente Licitação não sofrerá reajuste, salvo aquele previsto na Cláusula 7ª

Cláusula 7ª DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

- 7.1 Será admitido o reajuste do contrato, por acordo das partes, nas situações previstas no artigo 63, inciso II, alínea d, da Lei nº 8.666/1993, para manter o equilíbrio econômico financeiro.

Cláusula 8ª DO PAGAMENTO

- 8.1 O pagamento será único e efetuado mediante a apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pela Contratante.
- 8.2 O prazo para pagamento é de até 15 (quinze) dias após o recebimento da nota fiscal referente a entrega dos relatórios, laudos impressos dos Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) e Perfil Profissiográfico Profissional (PPP).



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SANTA CATARINA

Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5.905/73

- 8.3 O pagamento será feito por meio de depósito na conta corrente da Contratada ou boleto bancário, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal do fornecimento, acompanhada do atesto do Fiscal do Contrato.
- 8.4 Para execução do pagamento, a Contratada deverá fazer constar como beneficiário/cliente, da Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasuras, o Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina, CNPJ nº 75.308.106/0001-56, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Contratada, e a descrição clara e sucinta do objeto.
- 8.5 Sobre o valor da nota fiscal, a Contratante fará as retenções devidas ao INSS e as dos impostos e contribuições previstas na Instrução Normativa SRF nº 1.234, de 11/01/2012.
- 8.6 A Contratada deverá, ainda, juntamente com a Nota Fiscal, apresentar os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista, exigidos no Edital de Licitação.
- 8.7 Caso a Contratada seja optante pelo "SIMPLES" (Lei nº 9.317/96), será obrigada a informar no corpo da nota fiscal e apresentar declaração, na forma da Instrução Normativa SRF nº 1.234, de 11/01/2012, assinada pelo seu representante legal.
- 8.8 Nenhum pagamento será efetuado em caráter antecipado, ou antes, de quitada qualquer penalidade.

Cláusula 9ª DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

- 9.1 Os recursos financeiros serão próprios do Coren/SC, do exercício financeiro de 2022, reservados R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais).
- 9.2 Os custos correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária 33.90.039.002.019 – Serviço de Engenharia e Projetos.

Cláusula 10ª DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 10.1 Permitir o acesso dos empregados da Contratada às dependências do Coren/SC;
- 10.2 Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da Contratada;
- 10.3 Exercer a fiscalização dos serviços por pessoas especialmente designadas;
- 10.4 Solicitar a substituição dos itens que apresentarem defeitos ou que estiverem fora das especificações do objeto;
- 10.5 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada de acordo com as cláusulas deste Instrumento;
- 10.6 Realizar o recebimento e efetuar o pagamento pelos objetos entregues nos prazos e condições estabelecidos.

**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SANTA CATARINA**

Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5.905/73

Cláusula 11ª DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1 Manter durante a execução dos serviços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na dispensa de licitação;
- 11.2 Executar fielmente os serviços contratados, em conformidade com as cláusulas avençadas e normas estabelecidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações;
- 11.3 Designar, por escrito, preposto(s) que tenham poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução deste objeto;
- 11.4 A Contratada deverá assumir a responsabilidade por:
- 11.4.1 Todos os encargos fiscais, comerciais e por todas as despesas diretas ou indiretas decorrentes desta licitação;
- 11.4.2 Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Coren/SC;
- 11.4.3 Todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução do Contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
- 11.5 Sem prejuízo das responsabilidades ora elencadas, a Contratada obriga-se a:
- 11.5.1 Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa pelo objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas oriundos desta contratação;
- 11.5.2 Entregar o objeto em conformidade com as especificações constantes no contrato.
- 11.6 Responsabilizar-se por todas as despesas da execução do objeto deste, bem como por todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas;
- 11.7 Atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto dos serviços contratados, sem que disso decorra qualquer ônus para a Contratante, não implicando a atividade da fiscalização em qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da contratante, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade;
- 11.8 Efetuar as correções nas falhas detectadas pelo fiscal da Contratante nos serviços objeto deste Projeto Básico;
- 11.9 Utilizar as melhores práticas, capacidade técnica, materiais, recursos humanos e supervisão técnica e administrativa para garantir a qualidade dos serviços e o atendimento às especificações contidas neste Projeto Básico e no Contrato porventura resultante deste;
- 11.10 Assumir quaisquer danos causados diretamente ao Coren/SC ou a terceiros, quando estes tenham sido ocasionados em decorrência da execução dos serviços ou causados por seus representantes ou prepostos;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SANTA CATARINA

Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5.905/73

- 11.11 Responsabilizar-se integralmente pelos seus profissionais, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade, visando à execução dos trabalhos durante toda a vigência do contrato, dentro dos prazos e condições.

Cláusula 12ª DA RECISÃO DO CONTRATO

12.1 O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Coren/SC o direito de rescindi-lo, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo das penalidades dispostas na Cláusula 14ª, deste Contrato.

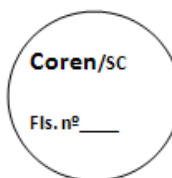
12.2 O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no artigo 78, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

12.2.1 Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração do Coren/SC, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

- I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega da prestação de serviço contratada;
- II. prestação do serviço fora das especificações constantes no Objeto deste;
- III. a subcontratação, cessão ou transferência, totais ou parciais do objeto deste, em qualquer caso, ou a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a prestação do serviço, assim como as de seus superiores;
- V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;
- VI. a decretação de falência;
- VII. a dissolução da empresa;
- VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere este certame;
- X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

12.2.2 Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no Processo da Licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

12.2.3 Judicialmente, nos termos da legislação vigente.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SANTA CATARINA

Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5.905/73

12.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

Cláusula 13ª DAS PENALIDADES

13.1 Pelo atraso injustificado ou pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Contratada poderá garantir a defesa prévia, sofrer as seguintes sanções, isolada ou conjuntamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao Coren/SC:

- 13.1.1 advertência;
- 13.1.2 multa;
- 13.1.3 suspensão do direito de licitar e de contratar com o Coren/SC por período de até 2 (dois) anos;
- 13.1.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicar a pena, podendo ser revista após 02 anos.

13.2 Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido processo administrativo.

13.3 A aplicação da penalidade ocorrerá após defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

13.4 A penalidade de advertência será aplicada quando ocorrer o descumprimento das obrigações assumidas, desde que sua gravidade, a critério do Coren/SC, mediante justificativa, não recomende a aplicação de outra penalidade.

13.5 A penalidade de multa será aplicada nos seguintes casos e proporções:

- 13.5.1 Ocorrência de qualquer inadimplência durante a execução do Contrato: 10% (dez por cento) do valor do contrato.

13.6 A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

13.7 A multa deverá ser recolhida na conta bancária indicada pelo Coren/SC, mediante Comprovante de Recolhimento, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da intimação.

13.8 A penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar com o Contratante poderá ser aplicada, a critério do Conselho à Contratada, nos seguintes casos:

- 13.8.1 apresentação de documentos falsos ou falsificados;
- 13.8.2 recusa em manter a proposta, observado o prazo da sua validade;
- 13.8.3 recusa injustificada em assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido;
- 13.8.4 prática de atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;
- 13.8.5 cometimento de falhas ou fraudes na execução do contrato;



Coren/SC

Fls. nº _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SANTA CATARINA

Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5.905/73

- 13.8.6 condenação definitiva pela prática dolosa de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 13.8.7 prática de atos ilícitos, demonstrando não possuir idoneidade para contratar com o Coren/SC.

Cláusula 14ª**DO FORO**

14.1 Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, será competente o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Santa Catarina – Subseção Judiciária de Florianópolis.

E, para firmeza, como prova de haverem, entre si, ajustado e contratado, depois de lido e achado conforme, é firmado o presente contrato pelas partes e pelas testemunhas abaixo, que a tudo assistiram, dele sendo extraídas as cópias necessárias para a sua publicação e execução.

Florianópolis/SC, 27 de maio de 2022.

GELSON LUIZ DE
ALBUQUERQUE:30
713633034

Assinado de forma digital por
GELSON LUIZ DE
ALBUQUERQUE:30713633034
Dados: 2022.05.30 11:29:36
-03'00'

CONTRATANTE:

Gelson L. de Albuquerque
Presidente do Coren/SC

DANIELA
MACANEIRO:01799001962

Assinado de forma digital por
DANIELA MACANEIRO:01799001962
Dados: 2022.05.30 09:31:57 -03'00'

CONTRATANTE:

Daniela Maçaneiro
Tesoureira do Coren/SC

MAURO FERNANDO
ZINI:01836603908

Assinado digitalmente por MAURO FERNANDO ZINI:01836603908
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF
A1, OU=(EM BRANCO), OU=2711713500158, OU=Presencial, CN=MAURO FERNANDO
ZINI:01836603908
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2022.05.27 13:45:24-03'00'
Fórmula PDF Reader Versão: 1.1.0.1

CONTRATADO:

MAURO FERNANDO ZINI
PLANO Z ARQUITETURA EIRELI

Testemunhas:

1) _____
Nome: _____
CPF: _____

2) _____
Nome: _____
CPF: _____

Visto Dejur:

CLAUDIRENE
VILVERT ALVES

Assinado de forma digital por
CLAUDIRENE VILVERT ALVES
Dados: 2022.05.27 18:02:58
-03'00'

Conforme Portaria Coren/SC nº 518 de 17 de novembro de 2021.